

A trajetória do desenvolvimento capitalista no Rio Grande do Sul*

Ronaldo Herrlein Jr.

Doutor em Economia, Professor da PUCRS/FACE/PPGE.

Resumo

Este ensaio descreve o processo de desenvolvimento econômico capitalista no Rio Grande do Sul (RS), ao longo do século XX. O período decisivo da transição capitalista brasileira (1889-930) deu lugar a um modelo regional de desenvolvimento no RS com características únicas no território nacional. No período 1930-61, ocorreu uma transição, com a desestruturação daquele modelo de desenvolvimento, culminando numa crise econômica de caráter regional. Por fim, a partir da reação à crise, empreendida pelo poder público estadual e pelos agentes econômicos, observou-se uma expressiva mudança estrutural da economia e da sociedade regionais, o que permitiu uma retomada do crescimento e uma modernização produtiva, estabelecendo uma nova economia gaúcha a partir dos anos 70.

Palavras-chave

Economia do Rio Grande do Sul; desenvolvimento econômico; desenvolvimento regional.

* As idéias apresentadas neste texto compõem um estudo mais amplo, que o autor realiza em conjunto com Carlos Schmidt (UFRGS), e constituem uma primeira abordagem sobre as referências históricas do desenvolvimento do RS, que serve de base para a pesquisa que realizam em conjunto acerca dos projetos contemporâneos de desenvolvimento para o Estado.

Abstract

This paper describes the process of capitalist development in the state of Rio Grande do Sul — Brazil during the XXth Century. During the crucial period of capitalist transition in Brazil (1989-30), contrasting with the model of development of the country as a whole, the model which was established in the state was different in many aspects. During the 1930-61 years, this peculiar regional model of development appears to have been exhausted, initiating a transition which ended with a crisis in the regional economy. After that period, both the state Government and the regional economic agents undertook a number of measures designed to fight the crisis. As a result, an expressive structural change was observed in the economy and society of the state. This enhanced economic growth and productive modernisation, generating a new economy for Rio Grande do Sul from the 1970s onwards.

O propósito deste breve ensaio é delinear, em largos traços, o processo de desenvolvimento econômico capitalista no Rio Grande do Sul (RS) ao longo do século XX. Nesta abordagem panorâmica, cuja perspectiva é a da longa duração, tratamos de identificar e compreender os arranjos históricos regionais, socioeconômicos e políticos, que permitiram ao RS se manter, ao longo do século XX, como quarta economia regional do País, em que pese o recorrente discurso ideológico da “crise da economia gaúcha” (Oliven, 1998). Estas breves notas pretendem ser um primeiro ensaio para a compreensão do **modo específico de desenvolvimento econômico regional** no âmbito da realização histórica do capitalismo brasileiro, periférico e dependente. Com esse propósito, o texto realiza uma resenha crítica de alguns dos estudos já elaborados acerca do desenvolvimento econômico do RS no século XX.

Convém explicitar que consideramos o processo de desenvolvimento da região em foco como um caso concreto e específico de desenvolvimento capitalista, processo que possui, principalmente, as dimensões econômica e social. O horizonte histórico deste ensaio remonta à transição capitalista e à generalização da produção de mercadorias que passaram a caracterizar a economia regional desde o final do século XIX. Pensamos que, desde então, é a partir do predomínio das formas capitalistas de produção e do movimento de acumulação de capital (comercial e industrial), articulado a outras formas (sobretudo à pequena produção mercantil rural e urbana), que se devem buscar as características do desenvolvimento econômico regional, sem prejuízo de outras determinações importantes (ação econômica do Estado, movimentos demográficos autônomos, etc.). Além disso, o desenvolvimento econômico regional é aqui considerado levando-se sempre em conta o modo como os setores produtivos e as atividades econômicas sediadas na região se articularam no processo nacional de acumulação de capital.

Enunciamos, desde logo, as três principais idéias (hipóteses) contidas nestas notas, cada qual correspondendo a uma das três seções que compõem o texto a seguir, organizado segundo a cronologia histórica. Em primeiro lugar, sustentamos que o período decisivo da transição capitalista brasileira (1889-1930) deu lugar a um modelo regional de desenvolvimento no RS com características únicas no território nacional, constituindo um caminho diferenciado para o estabelecimento de relações capitalistas de produção. Em segundo lugar, consideramos o período 1930-61 como sendo de transição, em que transcorre a desestruturação dos pressupostos políticos e, a seguir, econômicos daquele modelo regional de desenvolvimento, culminando numa crise econômica de caráter regional. Por fim, na terceira seção, argumentamos que, a partir da reação à crise, empreendida pelo poder público estadual e pelos agentes econômicos regionais submetidos a novas exigências concorrenciais, transcorre uma expressiva mudança estrutural da economia e da sociedade regionais, o

que permitiu uma retomada do crescimento e uma modernização produtiva, estabelecendo uma nova economia gaúcha a partir dos anos 70.

1 - O “modelo gaúcho” de desenvolvimento — 1889-930

O período da chamada República Velha (ou Primeira República) é extremamente rico para a história regional, pois, então, a economia e a sociedade gaúchas mudaram a sua face, e também o poder político regional experimentou grandes transformações, processos estes que guardam relativa autonomia, mas que se articulam (Fonseca, 1983; Herrlein Junior, 2000). Nesse momento de sua história, o RS teve uma original forma de desenvolvimento, na qual os impulsos dinâmicos endógenos concorreram com uma diversificada pauta de exportações regionais para estabelecer um ritmo de crescimento econômico expressivo, equiparável ao do complexo cafeeiro (Herrlein Junior, 2000, cap. 1).

Esse modo específico de desenvolvimento econômico, sem paralelo entre as demais regiões brasileiras, estabeleceu-se nos marcos de um relativo isolamento regional e de uma economia nacional ainda pouco integrada. A economia do RS era basicamente agroexportadora, voltando-se para diversos mercados regionais, especialmente do centro econômico do País. No contexto nacional, tratava-se de uma economia regional subsidiária, tal como sempre havia sido a economia gaúcha estabelecida na fronteira dos domínios luso-brasileiros. Entretanto a novidade histórica do primeiro período republicano, que sucede imediatamente a abolição da escravidão, é que, nessa época, se configurou uma importante economia de mercado interno, especialmente a partir do desdobramento da produção agropecuária e agroindustrial das colônias de pequenos proprietários e da indústria de Porto Alegre. Registrou-se, nesse período, uma grande expansão econômica e demográfica, demonstrando a economia regional um dinamismo notável e peculiar na sua forma, pois foi amplamente determinado pela demanda interna à região.¹

¹ Entre 1872 e 1920, a população total do RS cresceu 394%, enquanto, no mesmo período, a população brasileira e a do Estado de São Paulo (SP) cresceram, respectivamente, 206% e 454%, segundo dados do IBGE. A expansão econômica do RS pode ser avaliada pelo crescimento das exportações regionais, que foi da ordem de 5,0% ao ano, de 1901 a 1929, quando, no mesmo período, o PIB do Brasil cresceu 4,6% a.a., e as exportações totais de SP, 4,4% a.a., conforme Herrlein Jr. (2000, p. 45). Além disso, há diversas indicações de que o produto do RS se expandiu a taxas superiores às de suas exportações, tais como o surgimento de déficits comerciais a partir de 1920 e o elevado crescimento dos tributos e dos gastos públicos estaduais; ver, a respeito, Herrlein Jr. (2000, cap. 1.4).

A acumulação comercial dispersa nas zonas coloniais e em sua cidade-pólo, a Capital, conjugou-se à acumulação comercial em um segundo pólo econômico regional, vinculado à pecuária tradicional, enquanto ainda transcorria a expansão da fronteira agrícola regional no quadrante noroeste do território estadual. Tais elementos configuravam uma economia diversificada, com elevado grau de auto-suficiência e superávits comerciais em relação ao resto do Brasil.

Transcorreu, nesse período de 40 anos, a grande expansão comercial da lavoura de alimentos das colônias, o surgimento e a expansão da lavoura capitalista do arroz, bem como da indústria. A indústria era diversificada por uma ampla gama de bens leves de consumo e bens intermediários, sendo bastante articulada com a base primária. Essa indústria possuía, basicamente, um caráter regional, operava com salários superiores aos da indústria regional paulista, em relação à qual era menos concentrada (Herrlein Junior; Dias, 1993).

Ao final dos anos 20, a economia gaúcha ganhara complexidade e diversidade, ampliando suas importações do Exterior e do resto do Brasil. Durante todo esse período e até os anos 40, os setores em que era expressivo o trabalho assalariado na economia gaúcha foram a indústria, o comércio e os serviços, no meio urbano, a pecuária e a lavoura do arroz, no meio rural.

O Estado regional desempenhou um papel decisivo para essa trajetória econômica. Nesse período da história republicana, estabeleceu-se uma forma de Estado regional, no quadro da Federação, que dispunha de larga autonomia. No caso gaúcho, essa autonomia foi concomitante ao domínio do aparelho de Estado por uma direção política que logrou articular um arco de alianças com novas frações de classes emergentes, em lugar do domínio político das velhas classes dominantes. O Estado regional, nesse período, apoiou o processo de colonização, combateu o contrabando, estimulou a indústria regional e o desenvolvimento dos transportes fluviais e ferroviários, acabando por encampar os portos de Porto Alegre e de Rio Grande, bem como a rede ferroviária, no contexto da chamada política de “socialização dos serviços públicos” realizada por Borges de Medeiros a partir do terceiro de seus cinco mandatos de “presidente” do Estado.²

De um modo geral, a ação econômica do Estado esteve voltada para a integração e a ampliação do mercado interno, para o fortalecimento e a diversificação da economia estadual. Caracterizou-se pela tributação da

² A relativa debilidade da acumulação capitalista no RS, menos concentrada e de volume inferior à que se verificava em São Paulo, parece ter implicado a ação econômica do Estado regional no sentido de suprir as carências de infra-estrutura com que se defrontou o processo de desenvolvimento econômico (Almeida, 1992). Em 1910, o conjunto do território estadual estava integrado pelas vias fluviais e ferroviárias (cinco ramais em conexão) (Herrlein Junior, 2000, cap. 1.3).

propriedade da terra, buscando reduzir os impostos indiretos que oneravam as exportações regionais, enquanto aplicava recursos fiscais na rede pública de ensino básico e técnico. Voltou-se, também, para a promoção dos interesses dos setores produtivos estaduais, organizando-os de forma corporativa, em sindicatos e associações, com preocupações acerca do abastecimento da população local, de controle da qualidade do produto e das condições de mercado.³

O deslocamento da hegemonia política regional representou uma ruptura política radical e deu-se à custa de muito sangue e violência (Targa, 1996a), abrindo espaço para uma forma específica de Estado regional. Tal forma implicou não apenas a referida autonomia, mas também caracterizou-se por um perfil de intervencionismo na economia. A direção desse Estado regional foi exercida por um núcleo de quadros políticos com forte coesão ideológica, dotados de um autoproclamado referencial científico, o positivismo, e organizados sob a disciplina e a hierarquia de um partido político moderno, o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR).⁴ As dificuldades de reprodução das estruturas econômicas e sociais baseadas na pecuária tradicional e, simetricamente, o espaço aberto para o crescimento da chamada economia colonial solaparam as velhas oligarquias da pecuária, deslocando o seu predomínio econômico, o que favoreceu o seu deslocamento político.

Nesse período em que transcorria a transição capitalista da economia nacional, esse processo assumiu, no RS, contornos muito distintos daqueles que marcaram a mesma transição na região do complexo cafeeiro, que se tornaria o centro dinâmico do capitalismo nacional a partir dos anos 30. O surgimento da indústria, da agricultura mercantil de alimentos, dos serviços urbanos e de transporte transcorreu a partir do desdobramento e da diversificação da estrutura produtiva regional, processo em que a penetração de relações capitalistas resultou de um desenvolvimento interno, não diretamente configurado pela inserção dessa economia regional no mercado mundial, como ocorreu na região de SP. As

³ Segundo o Historiador Décio Freitas, "Em nenhuma outra região brasileira o federalismo assumiu forma mais efetiva e radical do que no RS. A autonomia federativa serviu de instrumento para uma modernização da região. O reformismo agrário e a imigração se combinaram para criar uma numerosa e próspera classe média rural, a primeira do Brasil. Podia-se naqueles tempos promover uma industrialização autônoma financiada só pela poupança interna, e foi o que o RS fez. Administrações competentes utilizaram copiosos superávits orçamentários em investimentos infra-estruturais" (1992, p. 36).

⁴ A dominação política tinha sua base institucional-legal na Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, que se distinguia da Constituição brasileira por concentrar nas mãos do Presidente do Estado os Poderes Executivo e Legislativo (a Assembléia dos Representantes limitava-se a discutir o orçamento e a fiscalizar os gastos públicos), sendo facultada a sua reeleição sucessiva. Essa forma institucional foi decisiva para excluir do exercício do poder a oligarquia dominante antes da República. Ver, a respeito, Pinto (1986).

características desse período histórico podem ser referidas como um “modelo gaúcho” de desenvolvimento econômico, contemplando um certo padrão de acumulação, diversificado e relativamente desconcentrado, uma estrutura social menos desigual e uma forma de Estado correspondente à moderna dominação burguesa (em oposição à dominação tradicional, oligárquica) (Targa, 1998a).

A economia do RS, nesse período, altera seu modo de inserção na economia nacional/internacional no sentido da diversificação da sua pauta de exportações e da ampliação dos componentes autônomos endógenos da demanda agregada (gastos com infra-estrutura, colonização e investimentos privados na industrialização), paralelamente ao adensamento das relações econômicas internas que multiplicaram os efeitos dinâmicos na economia (Herrlein Junior, 2000, cap. 1).⁵ As transformações institucionais que deslocaram a antiga classe dominante permitiram a constituição de uma regulação que potencializava o novo padrão de acumulação. Essa evolução, que conjuga um projeto econômico de diversificação produtiva e de incremento do mercado interno e um projeto político de um Estado autoritário, centralizado e intervencionista representa um arranjo histórico particular, um determinado modo de desenvolvimento socioeconômico.

O relativo sucesso desse novo padrão de acumulação repercutia no reforço do arranjo institucional que abria espaço para a promoção dos interesses de novos grupos sociais e frações de classe. Nesse período, configurou-se um “modelo gaúcho” de desenvolvimento, em sentido estrito, porque a regulação conjugou-se com a acumulação numa articulação coerente e estável, ainda que dinâmica e conflituosa. Esse “modelo gaúcho” de desenvolvimento foi uma criação histórica, que trouxe uma profunda transformação da sociedade regional — sua modernização econômica e política.⁶

2 - Transição: descontinuidade política e crise da economia regional — 1930-61

Consideramos válida a hipótese de que o padrão regional de acumulação, estabelecido durante a Primeira República, tenha mantido suas principais características até os anos 50, quando parece iniciar-se, na forma de uma crise

⁵ Esse processo pode ser inferido através dos saldos comerciais da economia gaúcha, que se tornaram deficitários no período 1921-29, contrariando a tendência histórica de obtenção de superávits, justamente num período de auge das exportações regionais, que cresceram mais de 12% a.a.

⁶ Também Paulo Renato de Souza (1973) e Geraldo Muller (1979) se referiram a um “modelo gaúcho de desenvolvimento”, mas em sentido distinto e relativo a períodos de um século.

econômica especificamente regional, uma transformação da economia gaúcha e de sua forma de articulação no processo nacional de acumulação.

Os anos 30 assinalaram uma mudança importante do processo de acumulação em escala nacional, pois a economia brasileira passou a apresentar uma dinâmica de movimento endogenamente determinada (Furtado, 1982), enquanto principiava um processo mais intenso de integração do mercado nacional (Cano, 1985; Targa; Ribeiro; Herrlein Junior, 1998). Não obstante, a forma de articulação do RS com a economia nacional pouco se alterou no período 1930-50, de modo que essa relação parece guardar certa estabilidade ao longo de toda a primeira metade do século XX. As bases do crescimento econômico do RS consistiram na manutenção de seu papel de exportador agropecuário e agroindustrial para o mercado interno brasileiro, bem como na ampliação de seu mercado interno regional.⁷

Ao longo das décadas de 30 e 40, a ampliação do mercado interno nacional, praticamente protegido das importações, permitiu que os setores produtivos regionais gaúchos permanecessem a salvo de pressões concorrenciais de produtores agrícolas melhor localizados ou de produtores industriais do centro, cujos estabelecimentos operavam com maiores economias internas (escalas de produção superiores) e externas (sobretudo baixos custos relativos de energia elétrica). Segundo Antônio Barros de Castro (1971), até meados dos anos 50, pelo menos, a restrita integração do mercado nacional para a produção industrial e a escassez de oferta de bens industriais permitiram que a indústria gaúcha se expandisse, no período, com escalas de produção antieconômicas e elevados custos de produção, que se revelaram insustentáveis quando a integração do mercado interno brasileiro impôs condições concorrenciais mais severas aos produtores gaúchos.⁸

A indústria gaúcha, entre 1920 e 1950, acentuou o seu caráter regional, perdendo mercados no centro do País, e experimentou um processo de desconcentração industrial, simultâneo a um expressivo crescimento do valor

⁷ Para essa ampliação, a urbanização provavelmente foi o principal fator determinante. Nesse período, a população urbana cresceu bem mais que a população total. Entre 1920 e 1940, a população urbana cresceu 3% a.a. e 3,2% a.a. na década seguinte, enquanto a população total, nos mesmos períodos, cresceu às taxas de 2,1% e 2,3% a.a., conforme Herrlein Jr. (2000a).

⁸ Também Souza (1973) assinala a permanência da estrutura industrial gaúcha até 1950, com escalas ainda correspondentes a um alcance de mercado apenas regional. Pedro Almeida (1993), embora considerando que, a partir dos anos 30, estava em curso um processo de acumulação de capital integrado em escala nacional (uma única e mesma dinâmica de acumulação), entende que a concorrência inter-regional para produtos industriais ainda foi muito restrita antes de 1950.

da produção de, aproximadamente, 5,5% ao ano. A desconcentração foi expressa pela redução do peso dos “grandes” estabelecimentos (mais de 100 operários) no emprego de operários industriais, que era de 51% em 1920 e reduziu-se para um terço, refletindo o crescimento da importância relativa dos estabelecimentos “médios” (10 a 100 operários). O emprego industrial também se expandiu, e a tendência foi de aceleração da expansão industrial na passagem da década de 30 para a de 40 (Herrlein Junior, 2000a). O perfil setorial da indústria gaúcha também permaneceu basicamente o mesmo, com uma pequena redução do peso majoritário da indústria da alimentação e outros setores produtores de bens de consumo não-duráveis.

Nas duas décadas seguintes à Revolução de 1930, a pecuária tradicional voltou a apresentar dificuldades, mas manteve seu crescimento paulatino. O principal produto, o charque, ainda experimentava a fase derradeira de sua trajetória decadente.⁹ Na agricultura, há fortes indicações de que se iniciara um processo de esgotamento da produtividade na lavoura colonial, que, no entanto, como a pecuária, teve seus produtos fortemente valorizados no mercado nacional (Torres, 1983). Seguramente, nesses 20 anos, devem ter se expandido as relações de assalariamento, em vista da expansão industrial, da urbanização, mas também em virtude da formação de um novo setor produtivo, a lavoura capitalista do trigo, que se tornaria, isoladamente, o principal setor da produção primária ao início dos anos 50.

A economia gaúcha seguiu sua trajetória expansiva, tal qual a economia brasileira, com um pequeno período recessivo que se seguiu à crise mundial iniciada em 1929. Não obstante, essa economia regional apresentava importantes problemas, indicativos do esgotamento do padrão de desenvolvimento econômico configurado nos 40 anos da Primeira República, que não mais poderia seguir sustentando taxas de crescimento próximas ou ligeiramente superiores à média nacional.

Dentre os principais problemas que se manifestaram nas duas décadas seguintes a 1930, o esgotamento da fronteira agrícola parece ter sido decisivo para uma economia regional com ampla base agropecuária e uma indústria estreitamente vinculada a ela (Accurso; Candal; Veras, 1965). O esgotamento da fronteira agrícola significava a impossibilidade de seguir expandindo a agropecuária colonial, senão para fora dos limites territoriais estaduais, como migração de pequenos produtores rurais em direção ao oeste catarinense e

⁹ O antigo projeto de implementação de um frigorífico com capitais regionais permaneceu sem resolução positiva, apesar dos esforços empreendidos pelo Governo Estadual (Flores da Cunha, 1930-37).

paranaense. A expansão da população rural favoreceu a formação de minifúndios e a migração rural-urbana, pressionando o mercado de trabalho nas cidades. Contudo a expansão das atividades urbanas parece ter sido suficiente para que se mantivesse, ainda, o mesmo padrão da regulação salarial.¹⁰ De outra parte, a fragmentação da propriedade da terra na lavoura colonial obstaculizava a ampliação da produtividade pela adoção de técnicas intensivas em capital. O latifúndio permaneceu consolidado ao sul do Estado, sem que a pecuária extensiva alterasse seu padrão produtivo e sem possibilitar utilização mais intensa e produtiva das terras.¹¹

Se, do ponto de vista econômico, a região gaúcha permaneceu, nas décadas de 30 e 40, com o mesmo padrão produtivo e de relações inter-regionais estabelecido no período anterior, parece-nos que houve uma ruptura no “modelo gaúcho”, em vista das importantes mudanças na forma do Estado. É nítido, no período inaugurado em 1930, o esvaziamento de poder do Estado regional, que perdeu funções e, no caso gaúcho, também capacidade de empreender transformações econômicas e sociais através de suas ações. Talvez não pudesse ser de outra forma, num período em que o Estado nacional tomava a si muitas das tarefas relacionadas ao desenvolvimento econômico e à organização de uma sociedade urbano-industrial.¹²

Esse processo de esvaziamento do poder de Estado em âmbito estadual afetou particularmente o RS, pois o Estado regional havia exercido um papel decisivo, nos marcos institucionais anteriores, para o desenvolvimento econômico regional. A profundidade da mudança em curso, naturalmente, não foi pressentida pelos coetâneos, em geral empolgados com a ascensão de parte da elite política regional ao poder federal. O Governo Estadual seguiu buscando efetivar ações públicas capazes de favorecer o desenvolvimento regional, tendo fracassado em

¹⁰ Entre 1920 e 1950, manteve-se, no mesmo patamar, a parcela salarial na renda industrial, embora o custo salarial médio por empregado tenha se tornado inferior ao da indústria paulista em 1950. O principal obstáculo à manutenção dos maiores níveis regionais de custo salarial médio (que eram observados em 1920) parece ter sido o restrito crescimento da produtividade econômica. Ver, a respeito, Herrlein Jr. (2000a).

¹¹ Outros problemas que afetaram a economia gaúcha nos anos 30 e 40, alguns dos quais continuariam presentes nas duas décadas seguintes, foram a restrita aplicação da poupança em investimentos produtivos, a carência de energia elétrica e a fragmentação do capital industrial, na medida em que representou uma restrição aos investimentos produtivos e ao crescimento da produtividade.

¹² Como se sabe, o primeiro ciclo de Getúlio Vargas na Presidência da República acentuou sobremaneira a centralização do poder de Estado, que ampliou suas funções na regulação econômica, estimulou o desenvolvimento industrial e procedeu à organização do mercado de trabalho urbano em bases institucionais nacionais.

suas iniciativas.¹³ Aparentemente, a continuar o padrão de desenvolvimento forjado nas quatro décadas anteriores, as funções do Estado regional também seriam decisivas no novo período. Além das ações tentadas e frustradas nos anos 30, caberia a ele um papel importante na resolução de outros problemas de infra-estrutura, como era o caso da energia elétrica. Não obstante, o Estado regional ainda manteve importantes funções de auxílio à produção primária regional (Dalmazo, 1992).

A continuidade do padrão de acumulação regional após 1930 não se fez sem uma significativa defasagem da indústria, em comparação com o centro econômico do País. A produtividade cresceu em índices inferiores aos da indústria paulista, assim como os salários médios (Herrlein Junior, 2000a).¹⁴ É provável que essa defasagem da indústria gaúcha, que se acentua entre 1940 e 1950, tenha relação com a reabertura do comércio mundial após a Segunda Guerra, ensejando uma oportunidade de reequipamento e modernização que foi aproveitada pela indústria do centro do País.

A chegada dos anos 50 explicitou os limites do padrão regional de acumulação. Eles se manifestaram na forma de uma crise econômica regional, com múltiplos determinantes. Trata-se de uma crise especificamente regional, porque, nessa década, a economia brasileira realizou um “grande salto” com o Plano de Metas (1955-59), resultado da ação de um Estado desenvolvimentista sob o governo de Juscelino Kubitschek. A instalação dos novos setores industriais assinalou uma nova fase da industrialização brasileira (Tavares, 1998; Mello, 1982), regionalmente concentrada no sudeste (Castro, 1971).

Os fatores determinantes da crise, além dos já referidos limites endógenos do padrão de acumulação da economia gaúcha, podem ser identificados na integração rodoviária do mercado nacional e nas conseqüências do próprio Plano de Metas. A integração do mercado nacional submeteu os setores produtivos gaúchos a uma concorrência nos mercados do centro e mesmo na própria região gaúcha. Novas áreas de produção agropecuária (Paraná, Centro-Oeste) apresentaram-se nos mercados do centro do País, com vantagens de

¹³ A reorganização dos sindicatos da produção (vinho, banha, carne, arroz, mate, etc.), segundo preceitos julgados adequados pelos produtores regionais, esbarrou na nova legislação nacional de sindicalização no meio rural, além de defrontar-se com a formação de organismos públicos nacionais nos mesmos setores. A iniciativa de recolher fundos privados e públicos para implantar um frigorífico nacional, assim como a tentativa de implantar a frota mercante do RS, também se frustrou, conforme Bak (1977).

¹⁴ A indústria do sudeste do País foi beneficiada pelas ações do Governo durante o Estado Novo, que atuou no sentido de implantar, nessa região, diversos setores industriais produtores de bens intermediários e de capital. A indústria paulista, de maiores dimensões e mais concentrada, parece ter exercido, já nos anos 30 e 40, um poder de atração para investimentos privados e públicos na ampliação da malha industrial do País.

produtividade e localização sobre os produtores gaúchos, enquanto os produtos industriais de São Paulo começavam a adentrar expressivamente no mercado regional, em condições vantajosas frente aos produtores locais. Paralelamente, a lavoura do trigo experimentou uma grande crise, gestada por uma expansão acentuada (estimulada por elevada rentabilidade) desde o final dos anos 40 (dando margem inclusive à fraude do “trigo-papel”) e pelos acordos feitos pelo Governo Federal com os EUA para importação a baixo preço dos excedentes da produção tritícola daquele país.

Em vista desse quadro de crise no Setor Primário, a renda regional foi bastante afetada, sendo difícil identificar as causas particulares da crise na indústria. Essa crise resultou tanto dos efeitos depressivos da própria economia regional quanto da concorrência com os produtos industriais que chegavam de São Paulo (Castro, 1971). A baixa produtividade na agropecuária também afetava o desempenho industrial pelo encarecimento relativo das matérias-primas (Accurso; Candal; Veras, 1965).

As conseqüências do Plano de Metas transcendiam o aspecto da notável concentração dos investimentos públicos e privados na Região Sudeste, que, por si mesma, já determinava uma defasagem no crescimento da economia gaúcha. Há indicações de que o regime monetário (inflação ascendente) e o regime cambial (taxas múltiplas), sob os quais se implantou o Plano de Metas, afetaram negativamente a economia gaúcha (Dalmazó, 1992), implicando perdas de renda para certos agentes econômicos regionais.¹⁵

A crise da economia gaúcha tem múltiplos aspectos e determinantes. De um lado, traduziu uma trajetória regional particular em vias de esgotamento (Accurso; Candal; Veras, 1965); porém, de outro lado, decorreu também da rearticulação do espaço econômico nacional, concomitante à passagem ao regime de acumulação da “industrialização pesada” regionalmente concentrada, com a decorrente transformação da forma particular de articulação da economia regional com a acumulação de capital em marcos nacionais.

A percepção da crise afetou os agentes econômicos regionais, os governos estaduais e também a opinião pública.¹⁶ O governo de Leonel Brizola (1959-63),

¹⁵ Embora os preços dos produtos da agropecuária em geral e dos produtos “exportados” pelo RS para o resto do País tenham subido mais do que os preços industriais e a média dos preços do País (Accurso; Candal; Veras, 1965), paradoxalmente, o regime inflacionário parece ter prejudicado os produtores agropecuários do RS (Oliveira, 1960). Tal paradoxo encontraria uma explicação plausível nas características dos processos de formação de preços na agropecuária brasileira (conforme a análise estruturalista de Inácio Rangel), cabendo aos agentes envolvidos na estrutura de comercialização certos ganhos decorrentes do processo inflacionário.

¹⁶ Chegou-se a pensar que estava em curso a transformação do RS em um “novo nordeste”, no sentido de tornar-se área periférica, com crescimento restrito e ampliação da pobreza (Oliveira, 1960).

apesar de deter poucos instrumentos de intervenção econômica, empreendeu uma contundente reação política ao quadro de crise estadual e à exclusão do Estado do bloco de investimentos do Plano de Metas. Sua assessoria econômica produziu argumentos que, a despeito de sua incorreção, favoreceram uma série de conquistas junto ao Governo Federal (Jânio Quadros) em reunião de cúpula da Presidência e dos governadores da Região Sul, realizada em Florianópolis em 1961.¹⁷ Tais conquistas (implantação de refinaria de petróleo, da siderurgia de aços finos, dentre outras) conjugaram-se à ação do Governo do Estado no sentido de encampar os serviços de telefonia e a geração e distribuição de energia elétrica, trazendo repercussões que se fariam sentir somente a partir do final dos anos 60.¹⁸

A crise da economia regional nos anos 50, que se estenderia na primeira metade dos anos 60, já então como crise nacional que sucedeu o bloco de investimentos do Plano de Metas, deixaria marcas profundas na “auto-imagem” da sociedade regional. Sandra Pesavento refere-se a uma “grande frustração histórica” associada à posição econômica periférica que o Estado teria assumido em relação ao centro do País (1992). Afinal, perguntar-se-iam os gaúchos, como foi possível ficarmos para trás, perdermos o “bonde da história”, após a conquista do poder nacional? Décio Freitas (1992) refere-se ao “desfalecido orgulho gaúcho” para dar conta da mesma frustração de um desenvolvimento econômico que se

¹⁷ A menção ao governo de Brizola serve para lembrar que, do ponto de vista político, as tradições culturais gaúchas haviam desembocado na formação do trabalhismo, com seus diversos matizes, no RS. O governo de Brizola diferenciou-se de seu predecessor (e também seu sucessor, Ildo Meneguetti, do PSD) pelo seu apelo popular urbano e modernizante, considerando que o desenvolvimento da economia gaúcha deveria incorporar grandes investimentos em setores de ponta, vinculados aos setores industriais de bens de capital e intermediários, enquanto os políticos adversários entendiam ser necessário privilegiar a agropecuária e a indústria tradicionais já estabelecidas (Dalmazó, 1992).

¹⁸ Segundo as interpretações então correntes e que se tornaram de domínio público no início dos anos 60, a crise da economia gaúcha teria, sobretudo, causas externas, vinculadas, principalmente, à implantação do Plano de Metas e à política econômica que lhe garantiu condições de êxito. Dentre os argumentos, um tanto impressionistas, então levantados, cabe assinalar o que entendia que a economia gaúcha estava sofrendo perdas nos termos de intercâmbio com o centro econômico do País, ou seja, deterioração nos preços dos produtos exportados em relação aos dos produtos importados, o que provocaria a transferência de recursos do Estado para outras regiões. Também acreditava-se estar ocorrendo transferência de rendas através do mecanismo fiscal da União, que teria passado a arrear muito mais do que despendia em investimentos e gastos públicos no RS. Desse ponto de vista, o RS estaria sendo vitimado por uma espécie de “imperialismo” interno paulista, semelhante ao que teria ocorrido com outras regiões atrasadas do País. Os argumentos que sustentavam esse ponto de vista para explicar a crise gaúcha, acima comentados, foram quase totalmente invalidados pelo criterioso estudo dos Economistas Accurso, Candal e Veras, que veio a lume em 1965.

tornou subordinado e parece ter perdido suas virtudes sociais de outrora, seu caráter não-excludente. Em um depoimento do final dos anos 80, Nelson Werneck Sodré assinala o “empobrecimento do Rio Grande” e a perda de traços históricos (sociais, políticos e morais), em vista da defasagem econômica.¹⁹

Nas leituras acerca do desenvolvimento econômico regional, essa frustração também se fez presente. As velhas teses da relação centro e periferia alimentaram uma série de estudos sobre a divisão nacional do trabalho, que atribuem uma suposta falta de dinamismo e perda de posição da economia gaúcha ao seu papel “periférico” na economia nacional (Carrion Junior, 1979). A economia brasileira que emergiu do Plano de Metas, já sob a condução das ditaduras militares, com uma extensa matriz industrial, urbanizada, espacialmente integrada, etc. e que voltaria a crescer com o “milagre econômico” — tal economia nacional teria relegado um papel secundário ao RS, como produtor de bens para a reprodução da força de trabalho e, mais recentemente, de bens intermediários. Como os ramos industriais que passaram a dinamizar o crescimento não se instalaram na região, esta passaria a ter sua trajetória de desenvolvimento “subordinada” à acumulação capitalista no centro (Análise..., 1978).

O período em que cresceu o *gap* da economia gaúcha em relação ao centro hegemônico da acumulação de capital no País (São Paulo) foi justamente o da instalação do bloco de investimentos do Plano de Metas, que determinou o predomínio das indústrias de bens de consumo duráveis sobre a dinâmica da expansão industrial. Decorreu daí a noção de que o caminho para superar o “atraso” seria atrair, para o RS, os investimentos que fizeram a pujança de São Paulo naquele período.²⁰

¹⁹ Segundo o historiador marxista, “(...) a velha província manteve, depois de estabelecida a federação e a República, características não encontráveis em outras regiões do nosso País. Particularmente a existência de uma classe média que sabia dar o tom aos processos, tonificando-os com a sua presença e com o seu apego a determinadas normas. A existência dessa classe média e a importância do seu papel no Rio Grande é que definem o que, no fim de contas, o estado apresenta de mais firme e duradouro. Ora, é isso que já está com os seus alicerces abalados: nunca houve, como agora, tantas malocas rodeando as cidades, [...] Nunca o Rio Grande conheceu a miséria. Está sendo apresentado a ela, agora, e de uma forma violenta e singular” (Sodré, 1992, p. 110). Singular porque o RS teria experimentado um tipo de desenvolvimento econômico peculiar, progressivo, orgânico, que estaria sendo solapado pela grande indústria de outras regiões que ocupam a vanguarda do crescimento econômico.

²⁰ Nessa perspectiva um tanto rostowiana, seria necessário trilhar o caminho que deu certo para as regiões (nações) desenvolvidas. Com esse sentido, a implantação de uma indústria automobilística foi uma espécie de “fetiche” negativo, pois intangível, para os gaúchos nos anos 60 e 70.

3 - A nova economia gaúcha — 1961 em diante

Uma nova economia gaúcha começou a gestar-se nos anos 60, pois viria a contemplar, com um peso expressivo, novos setores produtivos. Além disso, esses setores e os antigos articularam-se internamente e com a acumulação nacional de capital de modos totalmente distintos dos que vigoraram até os anos 50.

A industrialização pesada em escala nacional estabeleceu um novo regime de acumulação, que garantia a reprodução econômica em bases endógenas (Mello, 1982). Nesse novo regime de acumulação, a liderança do crescimento econômico passou a ser exercida pela indústria de bens de consumo duráveis. Segundo uma interpretação plausível, a economia gaúcha ter-se-ia rearticulado subordinadamente na economia nacional (Análise..., 1978), porque permaneceria caracterizada pela indústria de bens de consumo não-duráveis, que perdia seu dinamismo inclusive em função do arrocho salarial após 1964, e pela de bens intermediários, dinamizando-se graças a impulsos externos, oriundos do pólo dinâmico do Sudeste, e perdendo a articulação interna entre seus setores produtivos.

Pensamos que este último aspecto é particularmente verdadeiro. A economia gaúcha perdeu sua unidade interna, baseada no isolamento do mercado regional e na solidariedade de desempenhos entre agricultura e indústria. A integração do mercado nacional, já sobre as bases da indústria pesada, provocou a desintegração da velha economia gaúcha (Targa, 1988). Contudo a tese da subordinação da economia gaúcha foi contestada em outra análise (Castan; Targa, 1983), que tratou de averiguar a posição da produção gaúcha nos diversos ramos nacionais da produção agrícola e industrial, rejeitando a abordagem anterior do dinamismo setorial/departamental da indústria.

Segundo essa nova interpretação, seria inadequado pensar em termos de subordinação entre setores industriais, cabendo, sim, diferenciá-los segundo suas diferentes taxas de expansão (que expressam a concorrência capitalista entre os diferentes ramos), para constatar de fato que, por conter os ramos mais dinâmicos com menor peso em sua estrutura, a indústria gaúcha necessariamente haveria de ter crescido menos. Isso, no entanto, não representaria, necessariamente, uma derrota da indústria regional no embate concorrencial, nem tampouco um menor dinamismo econômico. Nas análises setoriais da agricultura e da indústria, procurando captar as condições da concorrência nacional intra-ramo, o estudo concluiu que os produtores regionais perdiam em uns ramos, mas ganhavam em outros, assinalando a retomada do crescimento industrial gaúcho, inclusive em termos mais acentuados que a média nacional, já no primeiro lustro dos anos 70 (Castan; Targa, 1983).

Como se sabe, a economia brasileira retomara seu crescimento a partir de 1968. Nesse contexto, a economia gaúcha voltou a crescer, desempenhando, mais intensamente, o papel de poupadora ou fornecedora de divisas para a expansão da economia nacional. Associada a esse papel, emergiu a lavoura capitalista da soja, que, assim como a do trigo, representava uma grande ampliação na modalidade de uso do solo através do arrendamento de terras do latifúndio e do uso da mão-de-obra excedente no setor da lavoura colonial, inclusive sob a forma de assalariamento temporário. Tais mudanças trouxeram a emergência de novos atores sociais, como os assalariados rurais e os produtores agrícolas cooperativados. Ao mesmo tempo, a continuidade do processo de emigração de populações rurais gaúchas, na medida em que não se converteu em pobreza urbana, continuou contribuindo, de forma expressiva, para o povoamento de amplas áreas do território brasileiro.²¹

A retomada do crescimento da economia gaúcha em novas bases é indicativa de que alguma transformação estrutural significativa havia ocorrido, pois, subordinada ou não, a economia regional passava a usufruir positivamente dos impulsos dinâmicos da acumulação nacional. De fato, a já referida reação do Governo Brizola à exclusão do RS dos investimentos do Plano de Metas rendeu frutos com ampla repercussão estrutural ao longo dos anos. Implantaram-se no Estado, com apoio do Governo Federal, a Aços Finos Piratini, a Refinaria Alberto Pasqualini, fábricas de tratores e de máquinas agrícolas. Foi criado o Banco de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), com um importante papel para a expansão dos investimentos produtivos no Estado. Paralelamente, a reorganização dos setores elétrico e de telefonia sob comando do Estado regional (CEEE, CRT) parece ter sido suficiente para garantir as condições de expansão da (nova) economia gaúcha.

Uma avaliação do desempenho da economia gaúcha entre 1960 e 1985 indicou que não houve perda de posição nacional e que foi possível recuperar a defasagem ocorrida nos anos 50, através de taxas de crescimento regional, superiores à média nacional nos anos 70 (Accurso, 1993).²² Um traço marcante

²¹ Essa emigração, que nos anos 50 havia sido comparada à dos retirantes nordestinos (Oliveira, 1960), possuía uma natureza completamente distinta. Os emigrantes geralmente levaram consigo algum pecúlio e conseguiram se estabelecer como pequenos proprietários em outras regiões. Era o próprio modo de produção baseado na pequena propriedade rural que migrava do RS, estendendo-se para as regiões contíguas (Accurso, 1993). Tratava-se da expansão de uma forma de produção, que não mais podia ter lugar no território gaúcho, e não de uma proletarianização. Não tivesse o RS contado com a possibilidade de evadir seus "excedentes" demográficos para outras regiões, a estrutura da sociedade gaúcha, com seu relativo equilíbrio social, teria sido fortemente abalada por uma proliferação desmedida da pobreza urbana e rural.

²² No período 1970-80, o PILcf do RS cresceu à taxa de 10,3% a.a., enquanto o PIBpm do Brasil cresceu à taxa de 8,6% a.a. (Accurso, 1993, p. 65).

da evolução da economia regional, naquele quarto de século, foi sua abertura crescente para os mercados fora de suas fronteiras, sejam nacionais, sejam estrangeiros.²³ Essa característica é uma expressão da efetiva integração do mercado interno brasileiro, lograda a partir dos anos 50, que modificou profundamente a articulação da economia regional no espaço econômico nacional, ampliando os vínculos de interdependência. Segundo Cláudio Accurso, as mudanças estruturais experimentadas pela economia gaúcha estão estreitamente relacionadas com esse crescente grau de abertura, pois o poder de compra que deu suporte às mudanças foi logrado graças aos mercados que vieram a se somar ao mercado regional.

A abertura econômica é considerada um fato normal no processo de desenvolvimento, principalmente para uma região, e obriga a uma maior eficiência para fazer frente à competitividade mais intensa nos mercados em que penetram os agentes econômicos regionais. A economia do RS experimentou fortes ganhos de produtividade no período 1960-80, da ordem de 5,6% a.a., comparáveis à taxa de 4,5% a.a. para o Brasil. Tais ganhos deram à economia gaúcha condições para se expor à competição em mercados maiores e mais densos. Os ganhos de produtividade podem ser atribuídos à crescente inserção nos mercados forâneos (nacionais e internacionais), pois a abertura não foi uma opção, representando bem mais uma adaptação do aparelho produtivo às condições vigentes de mercado. Diante das possibilidades de crescimento oferecidas pelo mercado nacional integrado, não faltou à economia gaúcha competência para combinar fatores como nunca havia feito antes em direção a exigências inexploradas. “E o fez bem, muito bem, o que é atestado por seus ritmos, suas transformações estruturais, sua acumulação e a complexidade crescente de sua produção.” (Accurso, 1993, p. 78).

A crescente abertura da economia regional combinou-se à mudança da pauta de exportações em direção aos produtos industrializados. Nas vendas para o Exterior, os produtos primários, que representavam 75% em 1973, caíram, em apenas 12 anos, para 39%. Nas transações interestaduais, também cresceu o peso dos produtos industriais, que alcançou mais de 80% da pauta na primeira metade dos anos 80.

“Combinando-se os dois efeitos, o de uma abertura cada vez maior e o da transformação de pautas em direção aos bens de maior densidade econômica e portadores de dinamismo mais intenso, tem-se uma clara explicação das forças que compuseram o carro-chefe do desenvolvimento gaúcho.” (Accurso, 1993, p. 83).

²³ “Nos anos 60, de cada 100 unidades monetárias produzidas, 33 unidades eram destinadas a atender a necessidades de outros estados ou do Exterior; em 1985, esse valor subiu para 57 unidades monetárias, o que significa dizer que mais da metade do que produz depende de consumidores distantes.” (Accurso, 1993, p. 77).

A conclusão que se impõe é a de que a economia gaúcha, ao contrário do que se poderia presumir nos anos 60, se expôs à concorrência no mercado nacional integrado e venceu. Através das exportações, encontrou a maior parte dos estímulos dinâmicos autônomos para o crescimento. Entretanto a demanda criada a partir desses estímulos só pôde ser atendida porque se instalou capacidade produtiva para satisfazê-la. Segundo Accurso, se a demanda crescente sustentou o processo de crescimento, para que o mesmo se cumprisse foram necessárias respostas correspondentes para que a oferta se instalasse. Além disso, na expansão da oferta esteve embutida uma produtividade crescente, garantindo a reprodução ampliada, que, por sua vez, exigiu mudanças qualitativas, materializadas na diferenciação do aparato produtivo. “Por isso, os ganhos de produtividade no RS foram tão importantes para as alterações estruturais e, por isso também, o considerável incremento de capital por homem empregado teve papel decisivo para as mesmas.” (Accurso, 1993, p. 87).²⁴

As respostas que os agentes econômicos no RS adotaram para se habilitar a apanhar os estímulos autônomos e difundi-los ampliadamente sobre a economia regional foram responsáveis por um notável **câmbio estrutural da economia e da sociedade gaúchas**.²⁵ A agricultura e a indústria regionais tiveram grandes ganhos de produtividade, refletindo um processo de modernização, enquanto a sociedade gaúcha tornava-se predominantemente urbana.²⁶ A tese da subordinação da economia gaúcha, que poderia sugerir uma restrição ao

²⁴ Cláudio Accurso estima o incremento do montante de capital por homem empregado, entre 1960 e 1985, em 200% para o conjunto da economia gaúcha, 105% para a agricultura, 177% para a indústria e 120% para os serviços (ibid. 1993, p. 76).

²⁵ Em 1960, 55% da população vivia no campo e 57% do emprego estava vinculado à produção animal e de grãos. Em 1985, esses percentuais já eram 28% e 30% respectivamente (Accurso, 1993, p. 88). Enquanto em 1970 a agropecuária respondia por 19,6% do produto estadual (11,5% no Brasil), em 1989 essa participação alcançava apenas 9,5% (7,6% no Brasil), convergindo para a média nacional (FEE. NCR, 1990).

²⁶ Segundo Cláudio Accurso, a conclusão que se pode obter da análise da economia gaúcha naquele quarto de século é que “(...) tanto no movimento da economia sul-rio-grandense como nas características de seu funcionamento, essas forças [de movimento da economia] estiveram presentes [crescimento dentro da mesma função de produção, crescimento estimulado por desequilíbrios setoriais e crescimento induzido por inovações], e as descrições feitas revelam como foi rico esse evoluir e como foram de grande qualidade as respostas logradas ao longo dos anos. Se, de maneira geral, o ritmo foi rápido, traduzindo uma grande capacidade de mobilização e organização de fatores [de produção], não há como não destacar a diferenciação do aparelho produtivo e os ganhos de produtividade como forma convincente de uma comunidade evidenciar sua determinação de não abandonar o primeiro pelotão das economias regionais brasileiras” (1993:89). Seria muito extenso reproduzir aqui os diversos aspectos setoriais dessa análise de Accurso, que ressaltam a modernização da agricultura, mesmo a praticada em propriedades inferiores a 50ha, e da indústria, em que avançam os segmentos modernos em relação aos tradicionais, desenvolvendo-se a pesquisa tecnológica e concentrando-se capital.

crescimento econômico, em vista de a região não conter os ramos dinâmicos da economia nacional, parece estar definitivamente comprometida pelo desempenho da economia gaúcha nesses 25 anos (1960-85), embora ainda ressoe no imaginário de pelo menos parte da intelectualidade gaúcha.

Em vista dessas indicações, é possível enunciar a hipótese de que a nova economia gaúcha, com seu novo modo de articulação com a acumulação capitalista nacional, talvez tenha perdido certas características que haviam tornado o crescimento econômico socialmente virtuoso no período do “modelo gaúcho”, sem que tenham sido suprimidas as diferenças regionais de qualidade de vida e renda média em favor do RS frente à maior parte do País. Ainda nos anos 90, faziam-se sentir os efeitos de uma “distribuição inicial de ativos” (terra e educação básica) relativamente desconcentrada ocorrida na passagem do século XIX para o século XX, que permitiram a constituição de uma sociedade regional menos desigual que a brasileira, de tal forma que o RS ocupava, em 1991, a primeira posição em nível nacional quanto à qualidade de vida medida pelo Índice de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (Targa, 1996b). De todo modo, a nova face dessa economia regional e sua nova forma de articulação nacional não implicaram um menor dinamismo quando a economia nacional voltou a crescer ao final dos anos 60.

A relativa estagnação da economia brasileira nos anos 80 e a sua reestruturação nos anos 90 não parecem ter provocado qualquer defasagem específica da economia regional frente ao crescimento econômico nacional.²⁷ A indústria gaúcha, embora mantenha, por força de suas origens, uma certa diferenciação frente à média da indústria nacional, teve reduzido para 50% o peso dos ramos “tradicionais”, dentre os quais vários segmentos se destacaram nos anos 90 por receberem investimentos (inclusive externos) e apresentarem um comportamento dinâmico. A participação dos estabelecimentos pequenos (menos de 100 empregados) no conjunto do emprego da indústria regional tornou-se equivalente à média nacional, diferenciando-se apenas por uma participação dos estabelecimentos médios (100 a 499 empregados) um pouco superior à média nacional (Passos; Lima, 2000). O desempenho da indústria gaúcha tem sido igual ou superior ao da indústria paulista e à média nacional.²⁸

²⁷ Entre 1980 e 1992, o PIB do RS cresceu à taxa média anual de 1,6%, enquanto, no País, a taxa observada foi de 1,2%. Para a indústria de transformação, no mesmo período, houve um decréscimo: taxas médias negativas de 0,4% a.a. para o RS e de 0,6% a.a. para o País (Accurso; Schettert, 1993, p. 137).

²⁸ Considerando-se os 12 anos entre 1986 e 1998, o crescimento médio anual da indústria de transformação foi de 1,22% no RS, alcançando 0,59% e 0,99% em São Paulo e no Brasil respectivamente (Passos; Lima, 2000, p. 121).

É certo que o desempenho econômico estadual nos anos 90 viu-se prejudicado por certas características do Plano Real, que se apoiou na redução dos preços relativos dos produtos agrícolas e numa taxa de câmbio sobrevalorizada, afetando negativamente setores produtivos estaduais. Não obstante, entre 1990 e 1997, o PIB gaúcho cresceu, em média, 3,2% a.a. (contra 3,0% a.a. para o PIB nacional). Além disso, nos anos 90, a economia gaúcha destacou-se por abrigar o segundo PIB agropecuário entre as regiões do País, assim como a segunda posição nacional quanto ao valor adicionado na indústria de transformação (Accurso, 2000). Nos anos seguintes, a partir de 1998 até 2001, o crescimento do PIB gaúcho alcançou a taxa média anual de 2,5%, enquanto o do PIB nacional foi de 1,7%.²⁹

Recentemente, a economia gaúcha também alcançou a segunda posição nacional entre as regiões no que se refere às exportações, através de uma pauta em que mais de 60% do valor corresponde a produtos industrializados. Os resultados que a economia gaúcha vem obtendo há 10 anos com o Mercosul, ao contrário das primeiras expectativas e impressões, são muito positivos.³⁰ Caberá, em outra oportunidade, analisar as características regionais da reestruturação produtiva experimentada pela economia brasileira nos anos 90, que implicaram, dentre outras conseqüências, uma profunda desnacionalização no setor de agronegócios, que detém grande importância na economia regional.

Bibliografia

ACCURSO, C.; CANDAL, A.; VERAS, A. Análise do insuficiente desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul. **Boletim da Comissão de Desenvolvimento Econômico**, Porto Alegre: Assembléia Legislativa, n. 16, 1965.

ACCURSO, Cláudio. Relações macroeconômicas da economia gaúcha — 1960-85. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 21, n. 3, 1993.

ACCURSO, Jorge. A economia gaúcha nos anos 90. In: FLIGENSPAN, Flávio (coord.). **Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90**. Porto Alegre: FEE, 2000.

²⁹ Dados do IBGE para o PIB do Brasil e da FEE para o PIB gaúcho, com estimativas preliminares para os dois últimos anos.

³⁰ Entre 1992 e 1999, as exportações gaúchas para o Mercosul cresceram à taxa média anual de 12,85%, enquanto as exportações totais cresceram 2,04% a.a., o que ampliou o peso do Mercosul de 8,6% para 17,5% entre os diversos mercados de destino das exportações gaúchas. Ver Macadar e Bello (2000).

ACCURSO, Jorge; SCHETTERT, Maria Conceição. A trajetória da indústria de transformação gaúcha: 1980-92. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 21, n. 3, 1993.

ALMEIDA, Pedro. A gestação das condições materiais de implantação da indústria gaúcha. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, 1992.

ALMEIDA, Pedro. **O processo de expansão da indústria do Rio Grande do Sul entre 1930 e 1955**. Dissertação (Mestrado) — Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, 1993. mimeo.

ANÁLISE da indústria de transformação no Rio Grande do Sul. 2. ed. Porto Alegre: FEE 1978. (25 anos de economia gaúcha).

BAK, Joan L. **Some antecedents of corporatism**: state economic intervention and rural organization in Brazil — the case of Rio Grande do Sul, 1890-1937. [s.l.]: Yale University, 1977.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970**. São Paulo: Campinas: Global; UNICAMP, 1985.

CARRION JUNIOR, Francisco M. A economia do Rio Grande do Sul — evolução recente. In: DACANAL, J. H.; GONZAGA, S. **RS: economia & política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

CASTAN, Nelson; TARGA, L. R. P. (coords.). **A produção gaúcha na economia nacional**: uma análise da concorrência intercapitalista. Porto Alegre: FEE, 1983. t. 1.

CASTRO, Antônio B. de. A industrialização descentralizada no Brasil. In:—. **Sete ensaios de economia brasileira**. Rio de Janeiro: Forense, 1971.

DACANAL, J. H.; GONZAGA, S. **RS: Economia & Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

DALMAZO, Renato. **Planejamento estadual e acumulação no Rio Grande do Sul, 1940-1974**. Porto Alegre: FEE, 1992. (Teses FEE, 16).

FISHER, Luiz Augusto; GONZAGA, Sergius (coords.). **Nós, os gaúchos**. Porto Alegre: L&PM, 1992.

FONSECA, Pedro C. D. **RS: economia & conflitos políticos na República Velha**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

FREITAS, Décio. O desfalecido orgulho gaúcho. In: FISHER, Luiz Augusto; GONZAGA, Sergius (coords.). **Nós, os gaúchos**. Porto Alegre: L&PM, 1992.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Núcleo de Contas Regionais. O desempenho da economia gaúcha nos anos 80: um breve retrospecto. In: ALMEIDA, Pedro (coord.). **A economia gaúcha e os anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira**. Porto Alegre: FEE, 1990. t. 1.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1982.

HERRLEIN JUNIOR, R.; DIAS, Adriana. Trabalho e indústria na Primeira República: um ensaio de análise comparativa entre as sociedades do Rio Grande do Sul e de São Paulo. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, 1993.

HERRLEIN JUNIOR, Ronaldo. Desenvolvimento industrial e mercado de trabalho no Rio Grande do Sul: 1920-1950. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba: UFPR, n. 14, 2000a.

HERRLEIN JUNIOR, Ronaldo. **Rio Grande do Sul, 1889-1930: um outro capitalismo no Brasil meridional?** Tese (Doutorado em Economia) — Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, 2000.

MACADAR, Beky M.; BELLO, Teresinha da S. O contexto internacional e o comércio externo do Rio Grande do Sul na década de 90. In: FLIGENSPAN, Flávio (coord.). **Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90**. Porto Alegre: FEE, 2000.

MELLO, João M. C. Cardoso de. **O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MULLER, Geraldo. A economia política gaúcha dos anos 30 aos 60. In: DACANAL, J. H.; GONZAGA, S. **RS: Economia & Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

OLIVEIRA, Franklin de. **Rio Grande do Sul: um novo nordeste?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.

OLIVEN, Ruben. Na fronteira da Nação: o regionalismo gaúcho. In: TARGA, Luiz Roberto P (org.). **Breve inventário de temas do sul**. Porto Alegre; Lajeado: UFRGS, FEE; UNIVATES, 1998.

PASSOS, Cristina; LIMA, Rubens Soares de. Tendências da indústria gaúcha nos anos 90: sintonias e assimetrias. In: FLIGENSPAN, Flávio (coord.). **Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90**. Porto Alegre: FEE, 2000.

PESAVENTO, Sandra J. Da frustração histórica do Rio Grande do Sul. In: FISHER, Luiz Augusto; GONZAGA, Sergius (coords.). **Nós, os gaúchos**. Porto Alegre: L&PM, 1992.

PINTO, Celi R. J. **Positivismo**: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930). Porto Alegre: L&PM, 1986.

SODRÉ, Néelson Werkeck. Minha vida no Rio Grande. In: FISHER, Luiz Augusto; GONZAGA, Sergius (coords.). **Nós, os gaúchos**. Porto Alegre: L&PM, 1992.

SOUZA, Paulo Renato de. **Um modelo primário exportador regional**: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil. Santiago: Facultad Economía Política/ /Universidad del Chile, 1973. Trabajo de seminario para optar al grado de Magister en Ciencias Económicas.

TARGA, L. R. P.; RIBEIRO, P. S.; HERRLEIN JUNIOR, R. O Rio Grande do Sul e o mercado nacional. In: — (org.). **Breve inventário de temas do sul**. Porto Alegre; Lajeado: UFRGS; FEE; UNIVATES, 1998.

TARGA, Luiz Roberto P (org.). **Breve inventário de temas do sul**. Porto Alegre; Lajeado: UFRGS; FEE; UNIVATES, 1998.

TARGA, Luiz Roberto P. Elites regionais e formas de dominação. In: — (org.). **Breve inventário de temas do sul**. Porto Alegre; Lajeado: UFRGS; FEE; UNIVATES, 1998a.

TARGA, Luiz Roberto P. O processo de integração do mercado interno brasileiro: eliminação das particularidades econômicas e sociais do Rio Grande do Sul. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 9, n. 2, 1988.

TARGA, Luiz Roberto P. Violência revolucionária e fundação do Estado burguês. In: — (org.). **Gaúchos & paulistas**: dez escritos de história regional comparada. Porto Alegre: FEE, 1996a.

TARGA, Luiz Roberto P. (1996b). Permanências na longa duração. In: — (org.). **Gaúchos & paulistas**: dez escritos de história regional comparada. Porto Alegre: FEE, 1996b.

TARGA, Luiz Roberto P. (org.). **Gaúchos & paulistas**: dez escritos de história regional comparada. Porto Alegre: FEE, 1996.

TAVARES, M. C. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. Campinas: UNICAMP/IE, 1998.

TORRES, J. C. Brum. A economia agrícola do Rio Grande do Sul e a Grande Depressão: 1920-39. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 3, n. 2, 1983.